



321431

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CONCURSO PÚBLICO

013. PROVA OBJETIVA

ANALISTA LEGISLATIVO | ESPECIALIDADE: ARQUITETURA

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração das provas objetiva e discursiva (redação) é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

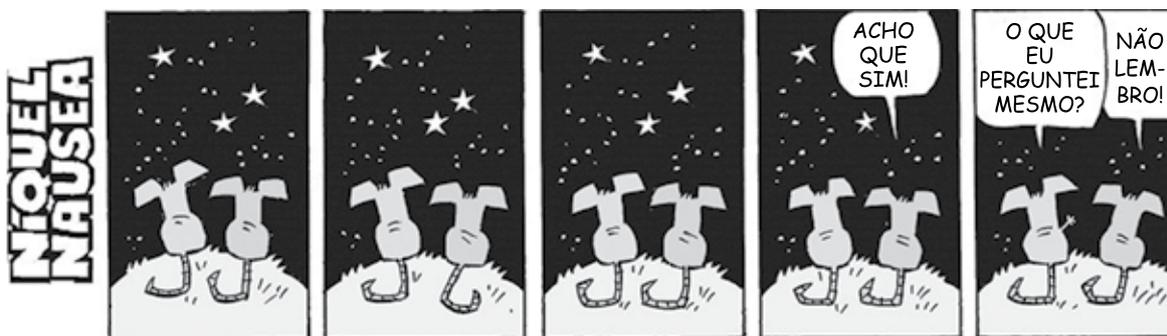
Carteira _____

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(Fernando Gonsales, "Níquel Náusea". *Folha de S.Paulo*, 03.03.2022)

01. Considerando a relação de sentido estabelecida entre os três primeiros quadrinhos e os dois últimos, é correto afirmar que aqueles indicam

- (A) agitação.
- (B) emoção.
- (C) dispersão.
- (D) atenção.
- (E) lembrança.

02. Em conformidade com a norma-padrão e com o sentido da tira, a frase final – Não lembro! – pode ser substituída por:

- (A) Não me lembra a sua pergunta!
- (B) Não lembro-me o que você perguntou!
- (C) Não me lembro à sua pergunta!
- (D) Não lembro-me da sua pergunta!
- (E) Não lembro àquilo que você perguntou!

Leia o texto para responder às questões de números **03 a 10**.

Mais inflação, juros e dúvidas

O Brasil pode chegar ao fim do ano com inflação de 7%, o dobro da meta oficial, e juros básicos avançando para 14%, segundo projeções do mercado financeiro, turbinadas pela recente alta do petróleo e dos alimentos no mercado internacional. A insegurança econômica gerada pela guerra na Ucrânia e pelas sanções impostas à Rússia torna mais escuro um horizonte já nublado. Apesar do cenário mais preocupante, a maioria dos especialistas consultados pelo *Estadão/Broadcast* continua prevendo uma alta de juros de 10,75% para 11,75% na próxima semana, quando será realizada a reunião periódica do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC).

O aperto mais forte da política monetária virá em seguida, e poderá prolongar-se mais do que se estimava antes da guerra. As possibilidades de recuperação econômica a partir de 2023, já muito limitadas, tornam-se mais problemáticas com as pressões inflacionárias e com as novas incertezas. Pelas projeções do mercado conhecidas na última segunda-feira, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 0,42% neste ano e 1,5% no próximo. Se as condições de crédito ficarem piores do que se esperava, as famílias serão mais pressionadas, a retomada do emprego será mais complicada e a atividade econômica terá menos impulso para avançar.

O cenário já tenebroso inclui uma inflação já muito alta, uma produção industrial com 9 quedas em 12 meses e vendas do varejo 1% abaixo do patamar pré-pandemia. A recuperação mensal de 0,8% em janeiro ficou longe de compensar a queda de 1,5% em dezembro e de recriar o dinamismo perdido a partir de 2020. Além do desemprego, também a alta de preços continua limitando severamente os gastos familiares.

Alguma segurança econômica ainda é garantida pelo agronegócio, com produção suficiente de alimentos para suprimento interno e para exportação. Problemas de abastecimento de fertilizantes, em consequência da guerra, geram alguma preocupação. Mas há estoques e, além disso, o plantio da próxima safra de verão só deverá começar no segundo semestre. Até lá, as condições internacionais poderão melhorar. Além disso, haverá tempo para a procura de novos fornecedores de adubos para substituir a Rússia, se for o caso. De toda forma, o espaço de tolerância para erros será quase nulo, neste ano.

(<https://opiniao.estadao.com.br>. 11.03.2022. Adaptado)

03. As informações do texto deixam evidente que o atual cenário econômico

- (A) demonstrava desaceleração acentuada antes da pandemia, mas o agronegócio vem colocando o país à margem de problemas.
- (B) era previsto desde 2020, quando a produção industrial começou a perder dinamismo, mas tende a reverter-se a partir de 2023.
- (C) é irreversível, e, portanto, não existe no momento nenhuma chance do Brasil de se reabilitar na indústria e no agronegócio.
- (D) começou a se tornar preocupante com a guerra entre Rússia e Ucrânia, já que o Brasil se encontra desabastecido de fertilizantes.
- (E) tem impactado negativamente a qualidade de vida das famílias, acossadas entre a alta da inflação e as altas taxas de desemprego.

04. A frase final do texto – De toda forma, o espaço de tolerância para erros será quase nulo, neste ano. – permite concluir corretamente que

- (A) a possibilidade de erros na economia é mínima, mas pode ocorrer em função da guerra entre Rússia e Ucrânia.
- (B) a retomada da economia é inevitável, o que certamente refletirá em um cenário amistoso e sem erros.
- (C) o ano de 2022 é tão atípico na economia que nenhum país do mundo terá espaço para tolerância na área.
- (D) a situação econômica brasileira exige cautela, uma vez que o cenário é marcado por muitas incertezas.
- (E) a economia vive às voltas com erros, o que deverá ser comum principalmente com a pressão inflacionária.

05. No texto, identifica-se expressão em sentido figurado com objetivo de intensificar uma informação no seguinte trecho:

- (A) ... segundo projeções do mercado financeiro, turbinadas pela recente alta do petróleo e dos alimentos no mercado internacional.
- (B) Além do desemprego, também a alta de preços continua limitando severamente os gastos familiares.
- (C) ... quando será realizada a reunião periódica do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC).
- (D) Além disso, haverá tempo para a procura de novos fornecedores de adubos, para substituir a Rússia, se for o caso.
- (E) ... a retomada do emprego será mais complicada e a atividade econômica terá menos impulso para avançar.

06. Considere as passagens do texto:

- A insegurança econômica gerada pela guerra na Ucrânia e pelas sanções impostas à Rússia torna mais escuro um horizonte já **nublado**. (1º parágrafo)
- O **aperto** mais forte da política monetária virá em seguida, e poderá prolongar-se mais do que se estimava antes da guerra. (2º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) conturbado; ágio.
- (B) assustador; coação.
- (C) preocupante; contratempo.
- (D) inquieto; ajuste.
- (E) desconhecido; dificuldade.

07. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância e de colocação pronominal.

- (A) Ainda prevê-se alta de juros em breve, embora haja questões econômicas preocupantes.
- (B) Antes da próxima safra de verão, certamente se procurarão novos fornecedores de adubo.
- (C) Se pressionarão mais as famílias, caso as condições de crédito fique pior do que o esperado.
- (D) No cenário atual, tem afetado-se os gastos familiares com o desemprego e a alta de preços.
- (E) Espera-se que até o plantio da próxima safra de verão esteja melhor as condições internacionais.

10. Leia a charge.



(Chargista Lute. Em: www.hojeemdia.com.br. 13.11.2021)

Analisando as informações da charge e comparando-as com a do texto *Mais inflação, juros e dúvidas*, é correto afirmar que há

- (A) pouca relação de sentido entre ambos, uma vez que a charge não explicita a que tempos atuais está se referindo.
- (B) um argumento comum entre ambos, referente à possibilidade da recuperação da economia mesmo com altos juros.
- (C) uma relação de oposição de informações, pois na charge a situação da família é preocupante, ao contrário do texto.
- (D) aproximação entre a argumentação estabelecida em ambos, no que diz respeito às limitações dos gastos familiares.
- (E) diálogo entre ambos, uma vez que mostram a limitação econômica devido às altas taxas de desemprego na indústria.

08. Identifica-se emprego de vírgula(s) para separar uma expressão explicativa no trecho:

- (A) Além do desemprego, também a alta de preços continua limitando severamente os gastos familiares.
- (B) ... haverá tempo para a procura de novos fornecedores de adubos para substituir a Rússia, se for o caso.
- (C) ... as famílias serão mais pressionadas, a retomada do emprego será mais complicada e a atividade econômica terá menos impulso para avançar.
- (D) Mas há estoques e, além disso, o plantio da próxima safra de verão só deverá começar no segundo semestre.
- (E) O Brasil pode chegar ao fim do ano com inflação de 7%, o dobro da meta oficial, e juros básicos avançando para 14%...

09. O emprego de voz passiva é constatado na passagem:

- (A) O cenário já tenebroso inclui uma inflação já muito alta...
- (B) Alguma segurança econômica ainda é garantida pelo agronegócio...
- (C) ... o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 0,42% neste ano...
- (D) Até lá, as condições internacionais poderão melhorar.
- (E) O aperto mais forte da política monetária virá em seguida...

11. Meu irmão, que é 5 anos mais velho do que eu, falou que daqui a 3 anos a idade do nosso pai será o triplo das nossas duas idades somadas. Meu pai tinha 65 anos quando eu nasci. Daqui a 3 anos, quando isso acontecer, a minha idade somada com a idade do meu irmão será menor que a idade do nosso pai em um número de anos igual a
- (A) 58.
(B) 46.
(C) 50.
(D) 56.
(E) 52.
12. Comprei um terreno quadrado e em seguida comprei outro, retangular, cuja largura é igual ao lado do terreno quadrado, e o comprimento tem 3 metros a mais que a largura. Sabendo que a área total dos dois terrenos é de 324 m^2 , a diferença entre as áreas desses dois terrenos é, em metros quadrados, igual a
- (A) 40.
(B) 38.
(C) 44.
(D) 42.
(E) 36.
13. Em uma empresa com 420 funcionários, a razão entre funcionários homens e funcionárias é 1,4. A empresa dispensará 20 funcionários homens e contratará funcionárias, de modo que a razão entre funcionários homens e funcionárias seja igual a 1. Isto feito, o número total de funcionários da empresa aumentará em
- (A) 30.
(B) 40.
(C) 20.
(D) 50.
(E) 60.
14. Com a quantidade de blocos de concreto que tem, um pedreiro pretendia construir um muro de 240 metros cuja altura teria 9 fileiras de blocos. Uma alteração na planta fez com que o comprimento do muro diminuísse em 96 metros. Para não perder os blocos já comprados, o pedreiro aumentou a altura do muro. Desse modo, a altura do muro poderá ser aumentada em um número de fileiras igual a
- (A) 2.
(B) 4.
(C) 5.
(D) 6.
(E) 8.

15. Para revestir o piso de uma sala retangular que mede 9 m por 6 m, serão utilizados 2 tipos de peças. Para cada peça maior que for usada, 4 peças iguais e menores serão necessárias para complementar. A área de cada peça maior é de $0,2 \text{ m}^2$, e a área de cada peça menor é de $0,04 \text{ m}^2$. Desconsiderando os espaços entre as peças, o número total de peças que precisam ser adquiridas para realizar esse trabalho é
- (A) 150.
(B) 600.
(C) 750.
(D) 300.
(E) 450.
16. Supõe-se que cada convidado de uma festa consome, em média, 300 mililitros de refrigerante. Foram convidadas 420 pessoas e espera-se que haja uma ausência de 20% desses convidados. A encomenda de refrigerante foi feita de modo a sobrar o equivalente ao consumo de 10% das pessoas esperadas. O refrigerante virá em garrafas de 2,5 litros. A quantidade mínima de garrafas necessárias para atender essas condições é
- (A) 45.
(B) 38.
(C) 41.
(D) 51.
(E) 48.
17. Considere a afirmação: "Se Francisco é o diretor ou Ivete é a secretária, então Helena é a presidente."
Essa afirmação é necessariamente FALSA se, de fato:
- (A) Francisco é o diretor.
(B) Ivete é a secretária e Helena não é a presidente.
(C) Ivete não é a secretária e Helena é a presidente.
(D) Francisco não é o diretor e Ivete não é a secretária e Helena é a presidente.
(E) Francisco é o diretor e Ivete é a secretária e Helena é a presidente.
18. Uma afirmação que corresponde à negação lógica da afirmação: "Troveja e chove muito, ou o dia está lindo", é:
- (A) Não troveja e não chove muito, ou o dia não está lindo.
(B) Não troveja ou chove muito, ou o dia está lindo.
(C) Troveja ou não chove muito, e o dia está lindo.
(D) Não troveja ou não chove muito, e o dia não está lindo.
(E) Troveja ou chove muito, e o dia não está lindo.
19. A sequência de números a seguir foi construída com um padrão lógico e é uma sequência ilimitada:
1, 2, 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40,
A partir dessas informações, identifique o termo da posição 74 e o termo da posição 95. A soma destes dois termos é igual a
- (A) 244.
(B) 266.
(C) 255.
(D) 233.
(E) 277.

R A S C U N H O

- 20.** Os direitos políticos no sistema jurídico pátrio formam a base do regime democrático e referem-se ao direito de participação política como um todo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) A periodicidade do voto, expressa no texto constitucional, garante a renovação dos cargos eletivos e a temporariedade dos mandatos, mas não constitui cláusula pétreia.
 - (B) A suspensão de direitos políticos dos condenados criminalmente, com trânsito em julgado, prevista na Constituição da República, aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
 - (C) O plebiscito e o referendo são instrumentos da democracia indireta.
 - (D) A Constituição da República definiu que as eleições dos deputados federais, estaduais e dos vereadores efetivar-se-ão pelo critério majoritário, privilegiando a soberania popular.
 - (E) A Constituição da República estabelece a ação de impugnação de mandato, instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, a ser proposta no prazo de quinze dias, a contar da data da posse.
- 21.** Em algumas hipóteses, a Constituição da República reserva a possibilidade de dar início ao processo legislativo a apenas algumas autoridades ou órgãos. Assinale a alternativa que se coaduna com o regramento constitucional sobre a matéria.
- (A) É de iniciativa reservada do Superior Tribunal de Justiça a lei complementar, sobre o Estatuto da Magistratura.
 - (B) Os casos de iniciativa reservada são hipóteses de exceção, razão pela qual somente podem ser ampliados pela via interpretativa.
 - (C) Temas relacionados ao regime jurídico de servidores públicos civis e militares estão subordinados à iniciativa de lei reservada ao presidente da República.
 - (D) A Assembleia Legislativa tem iniciativa privativa para leis que fixem a remuneração dos servidores incluídos na organização do Tribunal de Contas do Estado.
 - (E) A Constituição defere ao Ministério Público a iniciativa para propor ao Poder Executivo a criação ou extinção de seus órgãos e serviços auxiliares.
- 22.** Assinale a alternativa que está de acordo com o regramento estabelecido pela Constituição do Estado de São Paulo para as finanças públicas.
- (A) A concessão de aumento de remuneração pelos órgãos e entidades da administração indireta só poderá ocorrer se houver prévia dotação orçamentária.
 - (B) A criação de cargos ou a alteração de estrutura de carreiras, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, dispensam prévia dotação orçamentária.
 - (C) Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, exceto os créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo serão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.
 - (D) Os recursos financeiros, provenientes da exploração de gás natural, que couberem ao Estado, estão condicionados à aplicação na construção, desenvolvimento e manutenção do sistema estadual de gás canalizado.
 - (E) A despesa de pessoal inativo não ficará sujeita aos limites da lei complementar de responsabilidade fiscal.
- 23.** Quanto aos orçamentos públicos, assinale a alternativa que atende aos comandos da Constituição do Estado de São Paulo.
- (A) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
 - (B) O Governador enviará à Assembleia Legislativa, nos prazos estabelecidos pela Constituição Estadual, a lei disposta sobre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária para o exercício subsequente.
 - (C) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
 - (D) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas relativas aos programas de duração continuada.
 - (E) A lei orçamentária será acompanhada de demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

- 24.** A respeito dos princípios da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) não é relevante para a sua compreensão e aplicação o entendimento das diferentes espécies normativas existentes no ordenamento jurídico constitucional.
 - (B) os princípios jurídicos consistem em espécie de normas jurídicas por meio da qual são estabelecidos deveres de otimização aplicáveis em vários graus, segundo as possibilidades normativas e fáticas.
 - (C) o princípio administrativo da prevalência dos direitos humanos impõe o respeito por parte da Administração Pública ao nome social de pessoas travestis e transexuais, desconsiderando-se o nome civil para usos administrativos internos.
 - (D) os princípios jurídicos são normas imediatamente descritivas, na medida em que estabelecem obrigações, permissões e proibições mediante a descrição da conduta a ser adotada ou omitida.
 - (E) o princípio administrativo da efetividade administrativa resulta da compreensão neoliberal de que se pode fazer mais com menos, adotando-se melhores técnicas de administração provenientes da prática empresarial.
- 25.** Assinale a alternativa que correlaciona corretamente a espécie de poder da administração à sua explicação.
- (A) Poder regulamentar é aquele que o Direito Positivo – a lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.
 - (B) Poder de polícia é o poder atribuído à Administração Pública para aplicar sanções administrativas aos seus agentes pela prática de infrações de caráter funcional.
 - (C) Poder disciplinar é o poder que a Administração Pública tem para editar atos normativos, tais como regulamentos, instruções, portarias, resoluções e regimentos.
 - (D) Poder normativo é o poder conferido à Administração para restringir, frenar, condicionar, limitar o exercício de direitos e atividades econômicas dos particulares para preservar os interesses da coletividade.
 - (E) Poder hierárquico compreende a prerrogativa que tem a Administração para coordenar, controlar, ordenar e corrigir as atividades administrativas dos órgãos e agentes no seu âmbito interno.
- 26.** Os atos administrativos são atos jurídicos praticados pela Administração Pública para atingir suas finalidades, devendo apresentar para a sua existência e validade alguns elementos ou requisitos básicos. A esse respeito, é correto afirmar que
- (A) atua em usurpação de função aquele indivíduo que, embora investido em cargo, emprego ou função, exorbita os limites de sua competência legal, podendo seus atos serem imputados à Administração.
 - (B) os atos administrativos devem sempre adotar a forma escrita, impressa em papel timbrado, com data e assinatura da autoridade competente, como condição de sua validade.
 - (C) age com excesso de poder o agente que atua fora dos limites de suas atribuições legais, sendo possível, em regra, a convalidação dos seus atos pelo agente legalmente competente.
 - (D) o objeto do ato administrativo consiste nas razões de fato e de direito que impõem ou autorizam a prática do ato administrativo pela Administração Pública.
 - (E) os atos administrativos podem ou não ter um sujeito, ou seja, aquele a quem a lei atribui competência para a prática de um dado ato administrativo.
- 27.** A Lei de Improbidade Administrativa foi um importante marco para a transparência e melhoria da governança na Administração Pública Brasileira. Recentemente, porém, o texto original vinha sofrendo críticas em relação à sua forma de aplicação, sob a premissa de que haveria excesso de rigor em relação a condutas não dolosas de administradores públicos, resultando na baixa atratividade da função pública entre profissionais capacitados. Nesse contexto, é correto afirmar com base na Lei nº 8.429/1992 que
- (A) não se sujeita às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.
 - (B) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
 - (C) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo integralmente independentemente do valor da herança ou do patrimônio transferido.
 - (D) os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
 - (E) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência ainda não pacificada que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

- 28.** Assinale a alternativa que está de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970.
- (A) Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença da maioria simples dos seus membros.
 - (B) As reuniões extraordinárias de Comissões poderão ser convocadas pelo Presidente da Assembleia para apreciação de matéria em regime de urgência, desde que indicados o local, a hora e o objeto com antecedência mínima de 24 horas.
 - (C) As Comissões não poderão reunir-se no período da Ordem do Dia.
 - (D) O Parlamentar não poderá declinar de relatar mais de dez por cento das matérias a ele distribuídas no curso de cada sessão legislativa.
 - (E) O “Diário da Assembleia” publicará, mensalmente, a relação das Comissões com a designação de local e hora em que se realizam suas reuniões.
- 29.** Considere que Maria é a 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e, por motivos pessoais, deseja renunciar ao cargo sete meses após o início do seu mandato na Mesa. Com base na situação hipotética e no disposto na Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, é correto afirmar que
- (A) enquanto membro efetivo da Mesa, Maria não poderia ser Líder, mas poderia fazer parte de Comissão.
 - (B) a eleição respectiva deverá ser marcada dentro de 5 dias, para realizar-se nos 15 dias subsequentes à ocorrência da vaga.
 - (C) quem for eleito para o cargo que Maria ocupava, terá mandato de 02 anos.
 - (D) nem Maria nem o seu substituto poderiam integrar a Comissão Representativa da Assembleia.
 - (E) como o mandato dos membros da Mesa é de 01 ano, só haverá eleição para o cargo então ocupado por Maria se não houver substituto.
- 30.** Nenhuma emenda que modifique os serviços da Secretaria da Assembleia ou as condições do seu pessoal poderá ser submetida à deliberação do Plenário sem parecer da Mesa, que terá para tal fim o prazo
- (A) improrrogável de 05 sessões.
 - (B) prorrogável de 05 sessões.
 - (C) improrrogável de 10 sessões.
 - (D) prorrogável de 20 sessões.
 - (E) improrrogável de 20 sessões.
- 31.** De acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, não permitir a publicação de pronunciamentos ou expressões atentatórias ao decoro parlamentar é uma atribuição do
- (A) Presidente da Assembleia.
 - (B) deputado ofendido.
 - (C) 2º Secretário.
 - (D) 1º Secretário.
 - (E) Ouvidor da Mesa.
- 32.** A respeito das Comissões Permanentes e sua Competência, assinale a alternativa que está de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970.
- (A) Encaminhar, por meio da Mesa, requerimento escrito de informação ao Governador e aos Secretários de Estado é competência exclusiva da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
 - (B) À Comissão de Constituição, Justiça e Redação compete manifestar-se quanto ao mérito das proposições nos casos de declaração de utilidade pública de associações civis.
 - (C) Manifestar-se quanto ao mérito da proposição no caso de licença a Governador para interromper o exercício das suas funções é competência da Comissão da Administração Pública.
 - (D) A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento é composta por 13 (treze) membros, e ela tem competência para tomar depoimento de autoridade e solicitar o de cidadão.
 - (E) A Comissão Representativa da Assembleia é competente para conceder licença ao Governador e ao Vice-Governador para ausentar-se do Estado por mais de 15 dias, mas não para propor a sustação de ato normativo do Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar.

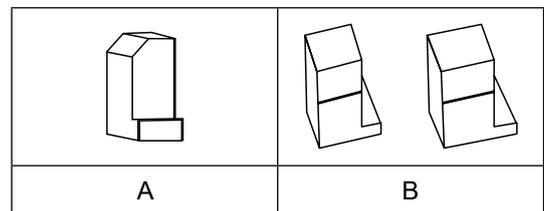
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

33. Considere que Débora é deputada do Estado de São Paulo e deseja obter licença para desempenhar missão diplomática. Com base na situação hipotética e na Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, é correto afirmar que a licença
- (A) deverá ser concedida pelo Presidente da Assembleia.
 - (B) só será deferida se o pedido feito por Débora for instruído com a resolução que regulamenta a missão diplomática.
 - (C) deverá ter duração máxima de 120 dias.
 - (D) será submetida ao Plenário.
 - (E) terá duração mínima de 60 dias e máxima de 01 ano.
34. Considere que João é deputado do Estado de São Paulo e se licenciou para tratar de assuntos particulares. Nesse caso hipotético, de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, é correto afirmar que João
- (A) somente não terá direito à ajuda de custo.
 - (B) não terá direito à remuneração.
 - (C) apenas não terá direitos às verbas indenizatórias.
 - (D) terá direito à 80% (oitenta por cento) da remuneração.
 - (E) terá direito à 50% (cinquenta por cento) da remuneração.
35. A respeito Das Sessões, assinale a alternativa que está de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970.
- (A) O Presidente da Assembleia possui competência exclusiva para convocar sessão extraordinária.
 - (B) Durante a sessão Parlamentares e seus respectivos assessores podem permanecer no Plenário.
 - (C) Não poderão ser convocadas mais de 2 sessões extraordinárias entre 2 ordinárias.
 - (D) A Assembleia realizará, nos dias úteis, uma sessão ordinária, a partir das 13 horas e com término às 19 horas.
 - (E) A duração das sessões extraordinárias será de 3 horas e 30 minutos, improrrogáveis.

36. Um órgão público elabora um termo de referência para contratação de serviços de projetos dentro do qual está prevista atividade técnica, a ser realizada por profissional habilitado, que consistirá em efetuar análise crítica das interfaces entre projetos de arquitetura, estrutura e instalações, compatibilizar as diferentes decisões e soluções de projeto e assessorar a administração pública e as demandas dos profissionais envolvidos na realização da obra. O objetivo é alcançar a eficácia e a melhoria da eficiência nos processos e projetos envolvidos, gerenciando as áreas de conhecimento, escopo, custo, qualidade, aquisições, recursos humanos, comunicações, riscos, tempos e partes interessadas em sua total compatibilização. Segundo a NBR 16636-1, a atividade que corresponde a essa definição é denominada

- (A) gestão do ciclo de vida do projeto.
- (B) gerenciamento de projetos.
- (C) gerenciamento de empreendimentos.
- (D) gestão de empreendimentos.
- (E) coordenação de projetos.

37. Considere as figuras A e B a seguir, extraídas da norma brasileira aplicável à representação dos métodos de projeção (NBR 17006):



Nos dois casos, A e B, considera-se que o centro de projeção situa-se a uma distância infinita, ou seja, que as projetantes são paralelas entre si.

Em A, o plano de projeção apresenta inclinação diferente em relação aos eixos coordenados e ortogonal às projetantes, e as escalas dos três eixos são diferentes.

Já B é uma projeção oblíqua na qual o plano de projeção é paralelo ao plano de coordenadas horizontal e oblíquo às projetantes.

Trata-se de ilustrações correspondentes a projeções

- (A) axonométricas, sendo A trimétrica e B planométrica.
- (B) em perspectiva, sendo A trimétrica e B isométrica.
- (C) axonométricas, sendo A trimétrica e B isométrica.
- (D) A em perspectiva e B axonométrica isométrica.
- (E) em perspectiva, sendo A axonométrica e B isométrica.

38. Considere, na Figura 3A a seguir, com representação em épura, na qual a linha de terra é indicada pelas iniciais LT, as projeções os pontos A, B, C e D: A1 (sobre o plano horizontal) e A2 (sobre o plano vertical) e, analogamente, as projeções, B1 e B2, C1 e C2 e D1 e D2. Tais pontos determinam duas retas, a reta AB, que liga os dois primeiros pontos, e a reta CD, que liga os dois últimos. As duas retas, AB e CD, cruzam-se no espaço, no ponto I. Considere ainda que as definições de diedros para a solução do problema são as indicadas na Figura 3B.

Figura 3A

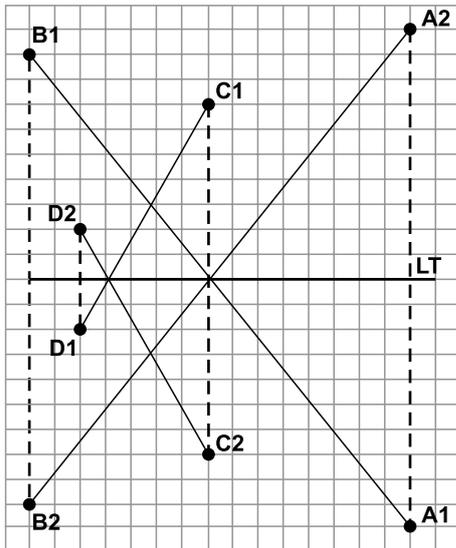
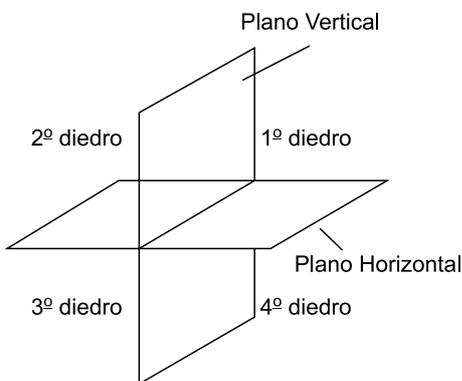


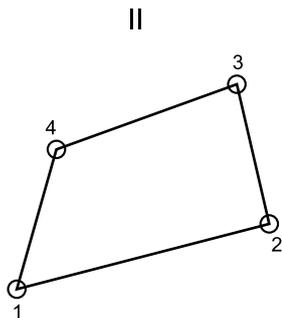
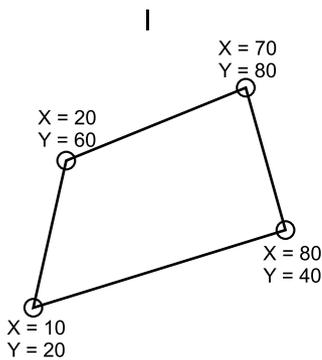
Figura 3B



O ponto A e a intersecção I entre as duas retas situam-se, respectivamente,

- (A) no segundo e no quarto diedro.
- (B) no primeiro e no primeiro diedro.
- (C) no quarto e no terceiro diedro.
- (D) no primeiro e no terceiro diedro.
- (E) no quarto e no primeiro diedro.
39. Um conjunto de desenhos técnicos será elaborado utilizando-se uma versão atualizada do programa AutoCAD™. Trata-se de pequenas adequações de layout de um grande número de pequenos escritórios ou gabinetes, que irão exigir adequações de instalações elétricas. Há um desejo de automatizarem-se as quantificações de elementos do anteprojeto de instalações elétricas de baixa tensão. Para isso, foram criados blocos correspondentes a ponto de iluminação de teto, arandela, tomada alta, média ou baixa, em 110 V e 220 V, que diferem entre si como desenho. Há necessidade de individualizar (numerar) os pontos de iluminação, de identificar os pontos de acionamento e de determinar, caso a caso, os valores de potência a serem considerados em cada ponto de iluminação ou de alimentação de tomadas. Em uma reunião de equipe, o projetista deparou-se com as seguintes afirmações:
- I. Os atributos quantitativos de um bloco devem ser definidos numericamente quando da definição do bloco, não comportando variação quando são inseridos.
 - II. Devem ser criados blocos correspondentes às diferentes potências de alimentação dos pontos de iluminação e tomadas, cuja quantificação dependerá de contagem de blocos e exportação de resultados para planilha eletrônica.
 - III. É possível definir, para um determinado bloco, atributos variáveis. Sempre que for inserido no desenho um bloco contendo um atributo variável, será solicitada a inserção dos dados correspondentes a esse atributo.
 - IV. Um mesmo bloco pode conter atributos constantes e atributos variáveis. No caso de atributos constantes, não será solicitado nenhum valor quando o bloco estiver sendo inserido.
 - V. Devem ser criados blocos distintos para os atributos constantes – por exemplo, ponto de iluminação no teto ou na parede, tomadas com tensão 110 ou 220 V, conforme o caso – que poderão contar com atributos variáveis – numeração do circuito, potência de alimentação, identificação do ponto de iluminação etc.
- A esse respeito, é correto afirmar que
- (A) a afirmação I está correta, justifica II e invalida as demais.
 - (B) a afirmação II está correta, justifica I e invalida as demais.
 - (C) as afirmações III e IV estão corretas, justificam V e contradizem I e II.
 - (D) todas as afirmações estão corretas e II, III e IV justificam I e V.
 - (E) as afirmações I e III estão corretas, justificam II e contradizem IV e V.

40. Considere as figuras a seguir, extraídas da NBR 10126 – Cotagem em desenho técnico – Procedimento – e as definições constantes dessa norma técnica.

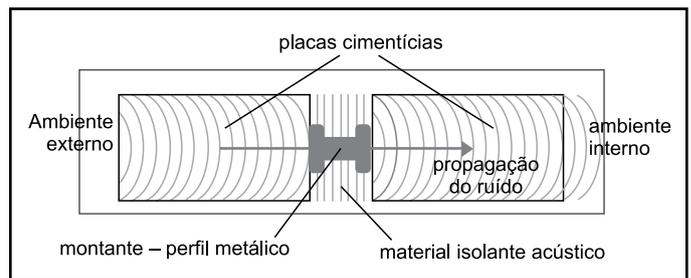


| | X | Y |
|---|----|----|
| 1 | 10 | 20 |
| 2 | 80 | 40 |
| 3 | 70 | 80 |
| 4 | 20 | 60 |

I e II são exemplos do emprego de cotagem

- (A) matricial, sendo ambas as formas conformes à norma técnica.
- (B) por coordenadas, sendo ambas as formas conformes à norma técnica.
- (C) matricial, sendo apenas I aplicável a desenhos técnicos.
- (D) I por coordenadas e II matricial, sendo ambas as formas conformes à norma técnica.
- (E) por coordenadas, sendo apenas I aplicável a desenhos técnicos.
41. Para o controle térmico das edificações, em um projeto de reforma dos sistemas de ar condicionado de um edifício público, haverá necessidade de se estimar a taxa metabólica, em W/m^2 , correspondente a diferentes atividades. Os valores dessas taxas serão crescentes, conforme a seguinte progressão de atividades, conforme o usuário esteja
- (A) sentado, em atividade média em pé e em atividade sedentária.
- (B) deitado, sentado, em atividade sedentária e caminhando.
- (C) caminhando, em atividade leve em pé e em atividade sedentária.
- (D) em atividade média em pé, caminhando e sentado.
- (E) deitado, caminhando, em atividade sedentária.

42. Por necessidade de expansão de atividades de atendimento ao público, um edifício fechou, provisoriamente, com parede cega, vedando inteiramente o vão existente, uma área coberta, anteriormente aberta para uma avenida de tráfego intenso. Para isso, foram utilizadas placas cimentícias planas, com espessura de 8 mm, em ambas as faces da parede, fixadas a montantes verticais equidistantes em aço, em perfil "I", formando uma parede dupla, sendo que no vazio entre as placas foi colocada camada de material com isolamento acústico adequado, compatível com os níveis de ruído existentes, conforme especificações do fabricante e um cálculo que levava em conta uma seção típica "placa cimentícia-camada isolante-placa cimentícia". Tal solução vem apresentando níveis de ruído interno inadequados, que estão sendo atribuídos à propagação de ruído pelos montantes de aço, conforme desenho esquemático a seguir.



(Adaptado de Meisser, 1973, apud HAX, 2002, p. 21 – Desenho Rotta, R., 2007)

Dado: As hachuras não correspondem ao prescrito em normas brasileiras.

Tal fenômeno corresponde ao conceito de

- (A) pontes acústicas, ligações rígidas entre duas faces de um elemento que tendem a transmitir a maior parte da energia sonora à qual esse elemento está submetido.
- (B) chicanas acústicas, sinuosidades no caminhamento da energia sonora em um elemento que tendem a facilitar a propagação do ruído.
- (C) fendas acústicas, descontinuidades do material isolante que tendem a prejudicar o seu desempenho acústico.
- (D) fendas acústicas, ligações rígidas entre duas faces de um elemento que tendem a transmitir parte da energia sonora à qual esse elemento está submetido, proporcionalmente à superfície em contato com o elemento rígido.
- (E) pontes acústicas, ligações rígidas entre duas faces de um elemento que tendem a transmitir parte da energia sonora à qual esse elemento está submetido, proporcionalmente à superfície em contato com o elemento rígido.

43. Na elaboração do termo de referência para a contratação dos projetos complementares ao projeto de arquitetura, elaborado internamente, um órgão público entende ser necessário utilizar os termos prescritos pelas normas técnicas oficiais aplicáveis, dentre os quais: (i) o valor de vazão de referência para o dimensionamento do sistema e (ii) o período estimado de tempo para o qual o sistema é projetado a fim de atender aos requisitos de desempenho estabelecidos em normas e nos seus projetos, considerando o atendimento aos requisitos das normas aplicáveis, o estágio do conhecimento no momento e supondo o atendimento da periodicidade e correta execução dos processos de manutenção especificados no respectivo manual de uso, operação e manutenção. Nesse sentido, no projeto do sistema predial de água fria, utilizará, respectivamente, os termos

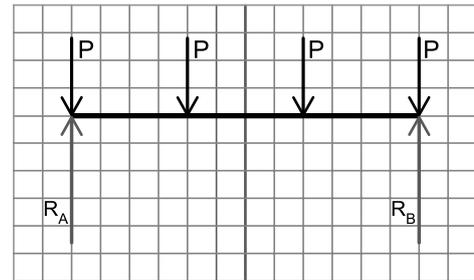
- (A) (i) vazão máxima e (ii) horizonte temporal de projeto.
- (B) (i) vazão mínima e (ii) horizonte temporal de projeto.
- (C) (i) vazão mínima e (ii) vida útil de projeto.
- (D) (i) vazão de projeto e (ii) vida útil de projeto.
- (E) (i) vazão máxima e (ii) vida útil de projeto.

44. Um edifício público será reformado para retomada de uso, e suas instalações elétricas são muito antigas. A par da adequação do projeto aos novos usos, será necessário especificar, no novo quadro de distribuição, dispositivos de proteção (i) dos usuários, que sejam sensíveis à fuga de corrente e (ii) das instalações e equipamentos contra sobretensões causadas por descargas atmosféricas (raios) ou por ligamentos ou desligamentos nas redes de distribuição. Tais funções serão cumpridas, respectivamente, por dispositivos

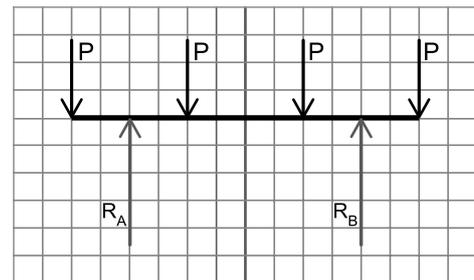
- (A) (i) de proteção contra surtos e (ii) diferencial residual.
- (B) (i) diferencial residual e (ii) termomagnético.
- (C) (i) diferencial residual e (ii) de proteção contra surtos.
- (D) (i) termomagnético e (ii) de proteção contra surtos.
- (E) (i) de proteção contra surtos e (ii) termomagnético.

45. Considere as situações a seguir, estudadas em um projeto como possibilidades de solução estrutural, com amplas repercussões sobre a arquitetura. Nas duas situações, trata-se de um mesmo carregamento de uma viga por quatro cargas concentradas P , equidistantes e de igual intensidade. R_A e R_B , as reações de apoio, indicam a posição dos apoios, que é o que varia entre as duas opções, permanecendo o mesmo o comprimento total da viga. Na Opção 1, situação inicial, os apoios são colocados nas extremidades da viga. Na Opção 2, para a qual se propõe alterar o projeto, o vão é reduzido, deslocando-se os apoios para o ponto médio entre as extremidades da viga e a primeira carga entre apoios, conforme ilustração.

Opção 1



Opção 2



São resultados esperados dessa alteração, considerando-se apenas os fatores descritos,

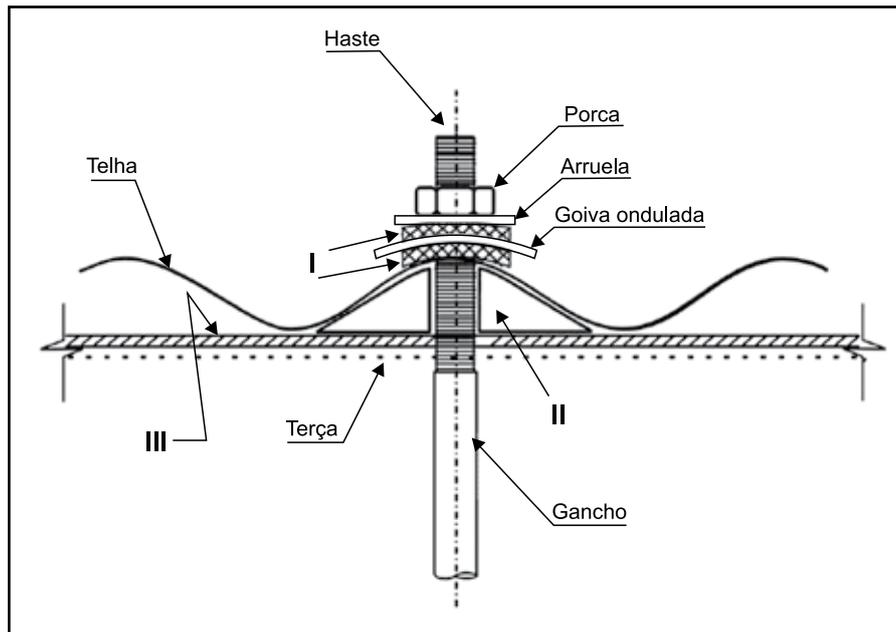
- (A) redução dos momentos M máximos, na região central da viga, com aumento da intensidade das cortantes Q , junto aos apoios.
- (B) aumento dos momentos M máximos, na região central da viga, e da intensidade das cortantes Q , junto aos apoios.
- (C) manutenção inalterada dos valores dos momentos M máximos, na região central da viga, e da intensidade das cortantes Q , junto aos apoios.
- (D) aumento dos momentos M máximos, na região central da viga, mantendo-se a intensidade das cortantes Q igual nas duas soluções.
- (E) redução dos momentos M máximos, na região central da viga, mantendo-se a intensidade das cortantes Q igual nas duas soluções.

46. Para análise preliminar, ainda no nível do anteprojeto, de interferências entre os sistemas prediais de um projeto de edificação de dois pavimentos destinado a usos administrativos, foi apresentado o caminhamento da instalação de esgotos dos conjuntos de sanitários. A instalação está conectada à rede pública de coleta de esgotos sanitários. Considerando-se a presença, no projeto, de vasos sanitários e conectores tais como ralos sifonados, a tubulação de ventilação deverá estar conectada aos trechos de tubulação a
- (A) jusante de vasos sanitários e montante dos desconectores.
 - (B) jusante do tubo de queda e montante de vasos sanitários e desconectores.
 - (C) jusante de vasos sanitários e desconectores.
 - (D) montante de vasos sanitários e jusante dos desconectores.
 - (E) montante de vasos sanitários e desconectores.
47. Um projeto de adaptação de edifício de grande porte – 18 andares – existente no centro da capital paulista apresenta necessidades de acionamento de
- I. grupos de elevadores para atendimento ao público em geral, serviço e circulação do pessoal interno entre os andares.
 - II. elevador isolado destinado a atender a um módulo de serviços com três pavimentos, no embasamento do edifício, com baixa intensidade de utilização.
 - III. monta-cargas que irá ligar a doca de carga e descarga ao andar no qual estarão situados o almoxarifado e outros depósitos.
- Estudos iniciais indicam a disponibilidade das seguintes tecnologias de acionamento:
- corrente alternada – uma velocidade (CA-1V);
 - corrente alternada – duas velocidades (CA-2V);
 - corrente contínua (CC);
- Os fabricantes consultados não viabilizaram a alternativa de acionamento por tensão e frequência variáveis (VVVF).
- Considerando-se as opções mais adequadas ao uso, tendo em vista a obtenção de um desempenho mínimo aceitável, em função do uso, ao menor custo inicial do equipamento, na fase de construção, as soluções de acionamento mais adequadas aos equipamentos descritos em I, II e III serão, respectivamente,
- (A) CA-1V, CA-2V e CC.
 - (B) CC, CA-2V e CA-1V.
 - (C) CC, CA-1V e CA-2V.
 - (D) CA-2V, CC e CA-1V.
 - (E) CA-2V, CA-1V e CC.
48. O sistema de combate a incêndios de um prédio público será modernizado e, para isso, dentre outras providências, serão instalados extintores de incêndio portáteis adequados a diferentes riscos presentes em cada área de uso específico. Como riscos associados ao fogo, predomina no edifício, dentro do que chamaremos de áreas do tipo I, a presença de papel, madeira e de outros materiais combustíveis sólidos, que queimam em superfície e profundidade pelo processo de pirólise, deixando resíduos. Há também um conjunto de locais, que denominaremos áreas do tipo II, nos quais há risco de fogo em materiais, instalações e equipamentos elétricos energizados. Em um local do edifício, aqui denominado área do tipo III, carros oficiais são abastecidos, havendo por isso o risco de fogo em combustíveis. Em função de restrições orçamentárias e da existência de pessoal treinado para escolha operação adequada dos equipamentos, será estudada a inclusão, no projeto, de extintores que seriam adequados ao combate aos alguns tipos de incêndio descritos, mas não a outros. Nas situações I, II e III, respectivamente, deveriam ser especificados e devidamente dimensionados extintores adequados ao combate às classes de fogo (com as alternativas tecnológicas entre parênteses)
- (A) A (extintor com carga de água), C (carga de pó) e B (carga de pó).
 - (B) A (dióxido de carbono), B (carga de pó) e C (extintor com carga de água).
 - (C) B (dióxido de carbono), C (extintor com carga de água) e A (carga de pó).
 - (D) C (extintor com carga de água), B (carga de pó) e A (dióxido de carbono).
 - (E) B (extintor com carga de água), A (dióxido de carbono) e C (carga de pó).

49. O memorial de plantio de um projeto de paisagismo incluirá especificações quanto ao emprego de fertilizantes, distinguindo, em função das características do solo e do plantio em duas áreas diferentes do terreno, uma especificação de NPK 04-14-08 no canteiro A e outra de NPK 08-28-16 no canteiro B. Essas diferenças implicam que
- (A) em B será maior a proporção de potássio em relação ao total dos nutrientes do que em A.
 - (B) em B será menor a concentração de potássio, relativamente ao volume de fertilizante, do que em A.
 - (C) em B será menor a concentração de nitrogênio, relativamente ao volume de fertilizante, do que em A.
 - (D) a proporção de fósforo em relação ao total dos nutrientes será igual em A e em B.
 - (E) em B será menor a concentração total dos nutrientes, relativamente ao volume de fertilizante, do que em A.
50. A norma brasileira de acessibilidade – NBR nº 9.050 – define princípios que devem nortear o projeto para que a arquitetura atenda a um maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a diversidade humana. Dentre outros princípios, o Anexo I da referida norma, de caráter informativo, estabelece que o ambiente ou elemento espacial deve (i) oferecer condições de ser usado de maneira eficiente e confortável, com o mínimo de fadiga muscular do usuário e, para isso, deve-se possibilitar que os usuários mantenham o corpo em posição neutra, usar força de operação razoável, minimizar ações repetidas e minimizar a sustentação do esforço físico; e (ii) deve ter dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário. Tais definições, (i) e (ii), correspondem, respectivamente, aos princípios
- (A) (3) uso simples e intuitivo e (2) uso flexível.
 - (B) (3) uso simples e intuitivo e (1) ergonomicamente correta.
 - (C) (2) uso flexível e (7) dimensão e espaço para aproximação e uso.
 - (D) (6) baixo esforço físico e (7) dimensão e espaço para aproximação e uso.
 - (E) (6) baixo esforço físico e (1) ergonomicamente correta.
51. A Fiscalização de uma obra pública, contratada em regime de contratação semi-integrada, está planejando a sistemática de medições e pagamentos. A medição e o pagamento estarão associados
- (A) à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado.
 - (B) a percentuais do preço global correspondentes a etapas dos serviços, diretamente vinculados a quantidades dos itens da planilha de preços aos quais estão associados os custos unitários, tomando-se por base os preços e o BDI de referência.
 - (C) às quantidades efetivamente executadas dos itens da planilha de referência, considerando-se os preços unitários e o BDI ofertados pela licitante vencedora.
 - (D) a percentuais do preço global correspondentes a etapas dos serviços, diretamente vinculados a quantidades dos itens da planilha de preços aos quais estão associados os custos unitários, tomando-se por base os preços e o BDI ofertados pela licitante vencedora.
 - (E) às quantidades efetivamente executadas dos itens da planilha de referência, considerando-se os preços unitários e o BDI constantes da planilha de referência.
52. O edital de contratação de uma obra pública no estado de São Paulo determinou que nenhum preço unitário ofertado pelas licitantes deve ser superior ao apresentado em uma planilha de preços de referência que integra esse edital, como anexo. Para conferir se essa condição está sendo atendida, foi montada uma planilha comparativa, na qual a coluna H indica o preço de uma determinada licitante para o preço que consta em cada linha “i” e a coluna G contém os preços de referência para a mesma linha (os valores de “i” corresponderão à numeração de cada uma das linhas que contém um item de preços unitários). Considera-se que estarão em desacordo com o disposto no edital as ofertas de preços que apresentarem resultado
- (A) verdadeiro para a aplicação de uma função lógica $H_i < G_i$.
 - (B) verdadeiro para a aplicação de uma função lógica $H_i \neq G_i$.
 - (C) falso para a aplicação de uma função lógica $H_i > G_i$.
 - (D) falso para a aplicação de uma função lógica $H_i < G_i$.
 - (E) verdadeiro para a aplicação de uma função lógica $H_i > G_i$.

- 53.** Foram identificados possíveis problemas na execução de um contrato de obra pública, que poderão resultar em dano ao patrimônio da Administração, e que serão objeto de investigação mais ampla: (i) teriam sido medidas, em alguns casos, quantidades superiores às efetivamente executadas e (ii) teriam sido efetuados pagamentos antecipados, devido a distorções do cronograma físico-financeiro. A legislação aplicável define essas situações (i) e (ii) como
- (A) superfaturamento, no primeiro caso, e desequilíbrio econômico financeiro em favor do contratante, no segundo.
 - (B) desequilíbrio econômico financeiro em favor do contratante, no primeiro caso, e intempetividade, no segundo.
 - (C) superfaturamento, no primeiro caso, e intempetividade, no segundo.
 - (D) desequilíbrio econômico financeiro em favor do contratante, nos dois casos descritos.
 - (E) superfaturamento, nos dois casos descritos.
- 54.** Em uma obra de edificação cuja estrutura será executada em concreto armado, será utilizado concreto dosado em central. No acompanhamento dessa obra, a fiscalização do órgão contratante deve verificar se, como procedimento para o recebimento e aceitação desse material, o responsável técnico
- (A) acompanhou a produção de amostras, seu envio e a execução dos ensaios correspondentes para controle tecnológico.
 - (B) acompanhou passo a passo a produção na usina, a carga e a descarga do concreto, bem como os procedimentos de controle tecnológico, verificando a conformidade de suas propriedades.
 - (C) verificou a conformidade das propriedades do concreto fresco, durante a descarga, e da documentação correspondente ao pedido do concreto e constatou o atendimento a todos os requisitos especificados para o concreto.
 - (D) acompanhou passo a passo a produção na usina, carga e descarga do concreto, até o envio de amostras para empresa especializada em controle tecnológico, verificando a conformidade de suas propriedades, e constatou o atendimento a todos os requisitos de projeto.
 - (E) verificou a documentação correspondente ao pedido do concreto e constatou o atendimento a todos os requisitos correspondentes, inclusive no que diz respeito à certificação, pelo fornecedor, das propriedades do concreto fresco, e acompanhou os ensaios de amostras para controle tecnológico.
- 55.** Uma pequena reforma de prédio público com dois pavimentos, perfazendo 6,50 metros de altura, será executada por uma equipe de oito trabalhadores. A regulamentação aplicável à segurança do trabalhador prevê que a construção e a organização do canteiro de obras atendam a disposições constantes de um
- (A) Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), que poderá ser elaborado por profissional qualificado em segurança do trabalho.
 - (B) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), que poderá ser elaborado por profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho ou em engenharia ambiental.
 - (C) Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil (PCMAT), que poderá ser elaborado por profissional qualificado em segurança do trabalho.
 - (D) Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), que deverá ser elaborado por profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho.
 - (E) Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil (PCMAT), que deverá ser elaborado por profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho.

56. Considere o detalhe de fixação a seguir, extraído de norma técnica aplicável ao projeto de coberturas em telhas de alumínio. Considere ainda que o projeto ao qual o detalhe servirá como referência prevê que as telhas de alumínio serão apoiadas em terças de aço.



Os elementos I, II e III correspondem a:

- (A) (I) arruelas de pressão, para fixação, (II) mata-juntas para vedação longitudinal e (III) preenchimento de junta, com espessura correspondente à largura da junta entre a telha e a terça.
- (B) (I) arruelas de guarnição, para vedação à infiltração de água, (II) calço no formato da telha e (III) fita de isolamento, com espessura mínima de 3 mm e mesma largura do apoio.
- (C) (I) arruelas de pressão, para fixação, (II) calço no formato da telha e (III) preenchimento de junta, com espessura correspondente à largura da junta entre a telha e a terça.
- (D) (I) arruelas de guarnição, para vedação à infiltração de água, (II) mata-juntas para vedação longitudinal e (III) fita de isolamento, com espessura mínima de 3 mm e mesma largura do apoio.
- (E) (I) arruelas de guarnição, para vedação à infiltração de água, (II) calço no formato da telha e (III) preenchimento de junta, com espessura correspondente à largura da junta entre a telha e a terça.
57. O layout de ocupação de um andar de uso administrativo em um edifício público será inteiramente remodelado, havendo ambientes que requerem acessibilidade e outros de uso muito restrito, que estão dispensados dessa exigência. Segundo a normatização técnica aplicável às larguras de porta, (i) a largura mínima de portas de ambientes de uso muito restrito (ii) a variação de largura entre portas padronizadas e (iii) a largura mínima de passagem para pessoas em cadeira de rodas, prescrita para ambientes acessíveis, serão:
- (A) (i) 600 mm, (ii) variação crescente de 50 em 50 mm e (iii) 0,80 m.
- (B) (i) 800 mm, (ii) variação crescente de 100 em 100 mm e (iii) 0,90 m.
- (C) (i) 800 mm, (ii) variação crescente de 100 em 100 mm e (iii) 0,80 m.
- (D) (i) 600 mm, (ii) variação crescente de 100 em 100 mm e (iii) 0,80 m.
- (E) (i) 450 mm, (ii) variação crescente de 50 em 50 mm e (iii) 0,90 m.
58. Na execução de pisos em edificações, uma camada intermediária, executada entre a base (laje ou lastro impermeabilizado sobre o solo) e o contrapiso, poderá, segundo a normatização técnica aplicável, ter como finalidades, dentre outras,
- (A) embutimento de canalizações ou separação entre a base e o contrapiso.
- (B) solidarização estrutural à base ou isolamento térmico.
- (C) reforço estrutural da camada de revestimento final.
- (D) solidarização do revestimento à base ou separação entre a base e o contrapiso.
- (E) solidarização estrutural à base ou embutimento de canalizações.

- 59.** Com vistas a permitir a inspeção de instalações embutidas em um forro falso, o projeto de reforma de um edifício prevê, em alguns de seus ambientes, sob laje maciça de concreto, a utilização de forro removível modular suspenso em placa mineralizada de gesso. De acordo com o procedimento prescrito na normatização técnica brasileira aplicável, o processo de instalação do sistema de suspensão desses forros, após concluído o acabamento das paredes, deverá iniciar-se por
- (A) marcar nas paredes o nivelamento das cantoneiras indicado no projeto, as quais serão instaladas previamente aos demais elementos do sistema.
 - (B) fixar os perfis “T” principais à laje, por meio de tirantes, nivelando-os, de modo que sirvam de referência para o nivelamento dos demais elementos do sistema.
 - (C) fixar os tirantes à laje de concreto, marcando em cada um deles o nível desejado do forro, a partir do qual serão instalados os demais elementos do sistema.
 - (D) marcar nas paredes a altura desejada e a posição das extremidades dos perfis “T” principais, a partir dos quais serão instalados os demais elementos do sistema.
 - (E) marcar nas paredes a altura desejada e a posição das extremidades dos perfis “T” secundárias, a partir dos quais serão instalados os demais elementos do sistema.
- 60.** Um órgão público brasileiro contratará serviços de consultoria, visando diagnosticar uma série de problemas de funcionamento das instalações prediais de sua sede. O termo de referência deverá conter, dentre outros, os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
- (A) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, e sugestão de lista de profissionais a serem convidados, na forma de lista longa.
 - (B) descrição de como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão contratante e sugestão de lista de profissionais a serem convidados, na forma de lista curta.
 - (C) definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos e descrição de como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão contratante.
 - (D) projeto básico, somente, das instalações e requisitos da contratação, tais como experiência dos consultores e da empresa.
 - (E) projetos básico e executivo das instalações e requisitos da contratação, tais como experiência dos consultores e da empresa.

REDAÇÃO

TEXTO 1

A Inteligência Artificial (IA) é uma tecnologia que busca reproduzir a inteligência humana em computadores. Por meio da análise de milhões de dados, as máquinas são capazes de perceber variáveis, tomar decisões e resolver problemas. São softwares e robôs que operam em uma lógica semelhante ao raciocínio humano. Essa ideia ainda pode parecer um tanto futurista, mas já está bem presente e provocando verdadeiras transformações nas mais diversas áreas.

“Quando você escolhe um filme em uma plataforma de streaming, é a Inteligência Artificial que está sugerindo os títulos dos quais provavelmente você vai gostar. O aplicativo de trânsito também usa essa tecnologia para definir a melhor trajetória a seguir naquele momento. As notícias e as mensagens apresentadas na linha do tempo das redes sociais também são definidas por meio da IA. O agronegócio a utiliza para avaliar a qualidade do solo e definir qual cultura plantar em determinada época do ano. No comércio online, ela oferece opções de compra”, enumera o professor André Carlos Ferreira Carvalho, do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP). “É uma tecnologia essencial, tão importante como a eletricidade. A indústria está usando a Inteligência Artificial para tudo porque ela pode melhorar a maneira como acesamos, recebemos e transmitimos informações”, afirma Rico Malvar, um dos cientistas-chefe da Microsoft Research.

O amplo armazenamento e a análise de dados proporcionados pela Inteligência Artificial têm feito a diferença também na área da saúde, com ganhos que vão do diagnóstico ao tratamento. Ainda que a IA não possa substituir a sensibilidade de um ser humano, ela é capaz de perceber detalhes que médico algum poderia ver. Em breve, será possível usar máquinas para analisar milhares de exames e detectar automaticamente padrões que podem mostrar problemas que o olho humano não enxergaria: “A IA pode analisar 50 mil tomografias, por exemplo, e perceber que, toda vez que o paciente apresenta um pontinho em tal lugar, há relação com um câncer. São padrões de semelhança que darão muitos ganhos em diagnóstico”, explica o gestor médico do Grupo Fleury.

(Como a Inteligência Artificial já está presente na sua vida. www.g1.globo.com, 05.07.2019. Adaptado)

TEXTO 2

Com o crescimento da importância e da visibilidade da Inteligência Artificial (IA), estão aumentando também as preocupações com as consequências negativas da utilização dessa tecnologia. Diante dos riscos e dos efeitos prejudiciais, governos, pesquisadores, associações civis e até mesmo empresas vêm discutindo os cuidados e as medidas necessárias para mitigar possíveis danos.

O arco de riscos e perigos é diverso. Para além das questões envolvendo o futuro do trabalho, como máquinas substituírem os trabalhadores em seus empregos, o uso dessa tecnologia pode provocar complicações que vão das ameaças à privacidade dos indivíduos até o fortalecimento da discriminação e do preconceito contra determinados grupos de pessoas e abusos no emprego de armas inteligentes.

Primeiramente, a Inteligência Artificial envolve um processamento complexo que demanda uma grande quantidade de dados para sua eficácia. Por isso, o funcionamento adequado desses sistemas pressiona por uma coleta crescente de informações e tais processos computacionais amplificam a já forte preocupação com a proteção de dados pessoais. Recentemente, por exemplo, foi tornado público que uma das maiores empresas mundiais que utiliza IA trabalhava em um projeto pelo qual coletava dados de milhões de pacientes dos Estados Unidos por meio de acordos com outras empresas sem que essas pessoas soubessem.

Com relação à possibilidade de discriminações e preconceitos serem intensificados, um exemplo foi identificado em 2018, quando dois pesquisadores do renomado Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e da Universidade de Stanford, Joy Buolamwini e Timnit Gebru, testaram sistemas de IA para monitoramento de segurança por câmeras e constataram que as margens de erro do reconhecimento facial eram bastante diferentes de acordo com a cor da pele da pessoa: ocorreram falhas nos sistemas em 0,8% dos casos que envolviam homens brancos e em 20% a 34% quando se tratava de mulheres negras.

Por fim, um outro objeto de atenção com relação às tecnologias que usam Inteligência Artificial tem sido o desenvolvimento de armas inteligentes, como drones e tanques autônomos, descritas como a terceira revolução das guerras, comparável ao advento da pólvora e das armas nucleares. Entre 2000 e 2017, o número de armas com IA subiu de 2 para mais de 50 em todo o mundo. Os países que mais desenvolvem essas máquinas são Estados Unidos, Israel, Rússia, França e China. Tais aparelhos elevam os riscos de decisões autônomas perigosas, uma vez que envolvem processos éticos sobre a vida e a morte de indivíduos.

(Jonas Valente. Riscos da Inteligência Artificial levantam alerta e suscitam respostas. www.agenciabrasil.ebc.com.br, 01.09.2020. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

OS BENEFÍCIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SUPERAM OS DANOS QUE ESSA TECNOLOGIA PODE CAUSAR AO DESENVOLVIMENTO DA HUMANIDADE?

